

EXTRATO DE ATA DA SEXAGÉSSIMA NONA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU – REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2022, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 47.865.597/0001-09 E NIRE N° 3530003189-0.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de 2022, reuniram-se por vídeo conferência: lêda Aparecida Patrício Novais (Coordenadora do Comitê), Luiz Carlos Nannini (Membro do Comitê), José Antônio Basílio (Membro do Comitê) e os convidados: Nédio Henrique Rosselli Filho (Diretor Administrativo-Financeiro), Silvio Bruno Boimel (Superintendente de Finanças), Rosangela Paulino da Silva (Gerente de Contabilidade), Adinan Pioli (Superintendente de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno), Marcelo Luciano dos Santos Bilibio (Gerente de Riscos e Controle Interno), Nelson Luiz Nouvel Alessio (Chefe de Gabinete), pela KPMG a Sras. Juliana Braga e Sara Son e Laercio Lucinda, Maurício Akhnaton Dorini (Líder da Auditoria Interna) Marco Antônio Cabrera Chirico, e Dauton Emerson de Mello (Gerente de Conformidade) para secretariar a sessão.

Mesa: Sra. lêda Aparecida Patrício Novais - Coordenadora do Comitê, presidiu a reunião e o Sr. Dauton Emerson de Mello secretariou os trabalhos.

Temas Abordados / Apresentados: 1) <u>Plano da Auditoria Externa para as Demonstrações Financeiras de 2021;</u> 2) <u>Relatório de Partes Relacionadas da 3 ITR e Relatório de Riscos, Compliance e Controles de 2021;</u> 3) <u>Plano da Auditoria Interna, para 2022 e atividades da Auditoria Interna.</u>

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, em Reunião realizada em 20/10/2021 acolhendo recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário que a divulgação das atas sejam efetivadas apenas por extrato, considerando o notório caráter confidencial dos assuntos tratados no seu âmbito de atuação e de suas reuniões, devendo as atas na íntegra permanecer arquivadas na Companhia, para exame dos órgãos de controle em consonância com os parágrafos 2º a 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 13.303/2016.